

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ

PRIMEIRA CÂMARA – RECURSOS EX OFFÍCIO 246 E 247/2007 PROCESSOS DE ORIGEM Nº 0359(00631/2006-6 e 00630/2006-3)

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RECORRIDA: INDÚSTRIAS DUREINO S/A (19.405.812-3) RELATOR: FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAUJO

Sessão realizada em 02 de setembro de 2008

ACÓRDÃO Nº 169/2008

ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. BENEFÍCIO FISCAL. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. ISENÇÃO APENAS DOS PRODUTOS CONSTANTES NO DECRETO CONCESSOR.

- 1. Exigência decorrente da utilização e parcela do ICMS como incentivo fiscal em valor superior ao permitido pela legislação.
- 2. A legislação que disponha sobre outorga de isenção deve ser interpretada literalmente, nos termos do art. 111 do CTN.
- 3. Isenção concedida apenas aos produtos constantes no Decreto concessor.
- 4. Recurso 246/07 não provido, no sentido de considerar a procedência do Auto de Infração 47.808, e reformar a Decisão que julgara procedente em parte o AI, por entender que a isenção é concedida à Empresa, independente da relação dos produtos constantes no Decreto concessor.
- 5. Recurso 247/07 não provido no sentido da manutenção da Decisão singular que julgara procedente o Auto de Infração 47.809.
- 5. Decisão do Recurso 246/07 pelo voto de qualidade e do Recurso 247/08 por unanimidade.